

ARTIGO ORIGINAL

**MULHERES DE AZUL: AS PRIMEIRAS ASSISTENTES SOCIAIS COM
FORMAÇÃO MILITAR NA AERONÁUTICA**

ORIGINAL ARTICLE

**WOMEN IN BLUE: THE FIRST SOCIAL WORKERS WITH MILITARY
FORMATION IN THE AIR FORCE**

Joyce Anne Pereira de Almeida¹
Tatiana Soares Barroso de Freitas²
Lílian Angélica da Silva Souza³

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar a história não contada de mulheres assistentes sociais que integraram o primeiro concurso do Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO). Para isso, fazemos uso da metodologia da pesquisa qualitativa, baseada na técnica de história oral a partir de entrevistas fundamentadas na modalidade de trajetória de vida, com o objetivo de conhecer o percurso profissional das entrevistadas. Apresentamos, inicialmente, particularidades do processo de inserção de mulheres nas Forças Armadas e das assistentes sociais na Aeronáutica; em seguida, abordamos os desafios enfrentados por estas trabalhadoras, na voz das próprias depoentes; e, por fim, discorreremos sobre a contribuição que estas mulheres ofereceram ao Serviço Social no Brasil e, mais, precisamente, no âmbito da Aeronáutica.

Palavras-chave: Mulheres, Assistentes Sociais, Formação Militar.

ABSTRACT

This article aims to present the untold story of women social workers who were part of the first competition of the Female Staff of Air Force Reserve Officers. For that, we will make use of the qualitative research methodology, based on the oral history technique, with interviews about on the life trajectory, objecting of knowing the interviewees professional path. Initially we will present, particularities of the process of insertion of women in the Armed Forces and of social workers in the Air Force; posteriorly, we will address the challenges faced by these women workers, in your voices themselves; and, finally, we will discuss the contribution that these women offered to Social Work in Brazil and, more, precisely, in the field of Aeronautics.

Keywords: Women, Social Workers, Military Training.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro possui mais de oito décadas de história, marcado por um contínuo esforço de renovação profissional, avanços em termos de aparato

¹ Assistente social do Comando da Aeronáutica -COMAER. E-mail: joycealmeida002@gmail.com.

² Assistente social do Comando da Aeronáutica -COMAER. E-mail: tatiana.sbf@hotmail.com.

³ Professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: liliangelicassouza@gmail.com.

legal e crescimento significativo do seu contingente profissional, desde a primeira regulamentação da profissão, ocorrida em 1957. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), atualmente temos, aproximadamente, 200 mil profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) existentes no país. De acordo com a pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, realizada em 2005 pelo CFESS, mais de 90% dos profissionais de Serviço Social são mulheres e a maior parte está inserida em instituições de natureza pública.

Em que pese as transformações ocorridas no seio da profissão, sobretudo a partir da década de 1980, na atualidade, temos assistentes sociais inseridos nos mais variados espaços ocupacionais, recriando estratégias de atuação que possam reafirmar as diretrizes contidas no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. A esse respeito, destacamos que autores clássicos do Serviço Social já vêm alertando que o que os estudos na área têm evitado são temas sobre o presente, a contemporaneidade, pesquisas sobre mercado de trabalho, condições e relações de trabalho do(a) assistente social.

Netto (2017) vai dizer que a realidade atual, como objeto de estudos, não tem espaço no currículo, pois se entende como história apenas o passado. Mas o olhar para o contemporâneo pode reconstruir a processualidade histórica, trazendo categorias centrais para a interpretação da profissão na atualidade. Concordamos com o autor de que é preciso buscar “uma história nova do Serviço Social no Brasil” (p. 69), acrescentando que é preciso também conhecer a história dos(as) próprios assistentes sociais enquanto sujeitos.

No cerne dessa história, profissionais de Serviço Social ingressam nas Forças Armadas após as primeiras formações brasileiras na área e, na Aeronáutica, a partir de 1944 (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007), com o aumento ininterrupto de profissionais, entre militares e servidores civis, ao longo dos anos. Conforme Souza e Silva (2017), existiam mais de 400 assistentes sociais, em 2017, inseridos nas Forças Singulares e Auxiliares no Brasil. Pressupomos que este número ainda seja pequeno se comparado ao quantitativo real de profissionais que ocuparam este espaço ocupacional desde a sua abertura.

Mas, quem são e o que fazem as(os) assistentes sociais no quartel; qual é a história silenciada das mulheres trabalhadoras com formação militar que ainda não foi visibilizada? Este artigo apresenta a história oral e a memória das assistentes sociais integrantes da primeira turma do Quadro de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO), Turma Demoiselle, evidenciando o pioneirismo e a contribuição que essas mulheres ofereceram à profissão no Brasil.

2 A ENTRADA DE MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

Registros históricos, do Ministério da Defesa, apontam que Maria Quitéria de Jesus Medeiros foi a primeira mulher a ser incorporada ao combate pelo Exército Brasileiro (EB). Nascida em 1792, a baiana se apresentou em 1822 para o alistamento militar, vestida com trajes masculinos e com o nome de guerra Soldado Medeiros, a fim de engajar-se ao Batalhão dos Voluntários do Príncipe Dom Pedro, que lutava pela manutenção da Independência do país, recém declarada. Tendo convencido seus pares de que era homem, permaneceu nas fileiras da artilharia do EB, mesmo após ter sido descoberta como mulher, uma vez que já havia se destacado como um bom soldado. A Soldado Medeiros recebeu autorização para adaptar seu uniforme às necessidades femininas, foi agraciada por diversas condecorações e tornou-se patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército (VERARDI, 2019).

Mesmo com a experiência de Maria Quitéria e de outras mulheres com inserções igualmente emblemáticas em situações de conflito e guerra, o ingresso oficial de um contingente feminino nas Forças Armadas data de 1942, quando 73 profissionais de enfermagem integraram a Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa conjuntura, o EB convocou 67 profissionais com cursos vinculados à enfermagem, enquanto a Aeronáutica fez uma parceria com a Escola Anna Nery, situada no Rio de Janeiro, arregimentando seis enfermeiras diplomadas, que, quando enviadas ao teatro de operações, ocuparam postos de maior hierarquia (FRANÇA, PROGIANTI & BAPTISTA, 2010).

Com relação aos(as) assistentes sociais, pouca literatura versa acerca do ingresso das primeiras profissionais nas instituições militares. Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), em 1944, o Ministério da Aeronáutica já era considerado um campo de trabalho dos(as) assistentes sociais, embora as instituições empregadoras de profissionais de Serviço Social não, necessariamente, contassem com profissionais compondo seus quadros, à época. Mas, se considerarmos que a criação do Ministério ocorreu em 1941 (BRASIL, 1941), já havia a intenção de equipar a Aeronáutica com recursos humanos qualificados na área social.

Em pesquisa recente, foram localizados, nos arquivos da Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica (DIRAP), registros que apontam que o primeiro concurso para assistentes sociais na Aeronáutica, aconteceu no início da década de 1950, para o ingresso de servidoras civis. No âmbito militar, a presença de mulheres, enquanto militares das Forças Armadas no Brasil, consolida-se nos anos 1980.

Na década de 1970, a modernização industrial ocorrida no país, fruto do período conhecido como milagre econômico, sofreu impactos com a crise econômica ocorrida nos Estados Unidos em 1979, que afetou, principalmente, a indústria. Assim, no início de 1980, o Brasil sentia os impactos da desaceleração econômica e movimentos sociais sinalizavam para o encerramento do ciclo de governos militares, que presidiam o país desde 1964. Destaca-se que, nesta década, o país "sofreu uma queda estimada em 25% na produção industrial, acarretando uma queda também no nível do emprego" (CESIT/IE – UNICAMP, 2017. p. 13).

É nesse contexto, de necessidade econômica e mudanças demográficas do país, as quais vão requerer políticas públicas que possam subsidiar o desenvolvimento social, que se intensifica a participação feminina no mercado de trabalho. Bruschini (2007) pontua que

transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas a novas oportunidades de trabalho. Esses fatores explicam

não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as suas transformações no perfil da força de trabalho (p. 540).

Alinhando-se a esta conjuntura, foi promulgada a Lei nº 6.807, de 7 de julho de 1980, que criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), destinado a atender encargos de interesse da Marinha do Brasil (MB), relacionados com atividades técnicas e administrativas. No ano seguinte, também foi regulamentada a Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981, no Ministério da Aeronáutica, criando o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), com a mesma finalidade e estrutura similar ao quadro criado na MB.

Particularmente, com relação à inserção das mulheres nas Forças Armadas, aponta-se que o ingresso feminino foi pautado nas áreas de especialização referentes à saúde e, posteriormente, à administração, funções não vinculadas à atividade-fim (FRANÇA, PROGIANTI & BAPTISTA, 2010). Isto implicou no distanciamento das mulheres, em primeiro momento, dos quadros que pudessem ascender aos principais postos de comando das forças singulares.

O Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica era composto do Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO), o qual admitia mulheres formadas no ensino de nível superior, que podiam ascender do posto inicial de Aspirante a oficial até o posto de Tenente-Coronel; e do Quadro Feminino de Graduados da Reserva da Aeronáutica (QFG), composto de pessoal com habilitação profissional adquirida em cursos de ensino de primeiro grau para a graduação de Cabo e, de segundo grau, para a graduação de Terceiro-Sargento, podendo ser promovidas até o posto de Suboficial.

A seleção acontecia por meio de concurso público nacional, e eram condições para habilitação: I - ser voluntária; II - ser brasileira nata, quando candidata ao QFO; III - não estar “sub judice”; IV - ser aprovada na seleção inicial para ingresso no quadro respectivo, e V - concluir com aproveitamento o Estágio de Adaptação do respectivo Quadro (BRASIL, 1981). A divulgação do concurso foi realizada pela grande mídia, dando ênfase em um processo seletivo destinado às mulheres para ingressarem em uma Força Armada, que recrutava, em sua maioria, formações específicas e socialmente reconhecidas como profissões femininas.

A primeira turma do QFO iniciou o Estágio de Adaptação em 2 de agosto de 1982, com 160 mulheres matriculadas, advindas de várias partes do país. A turma foi composta pelas especialidades de Análise de Sistemas, Assistência Social [Serviço Social], Biblioteconomia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia e teve sua formação realizada no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Já o QFG, matriculou 147 mulheres, que na mesma data iniciaram sua formação militar no Centro de Instrução de Graduados da Aeronáutica (CIGAR), em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Após formadas, as assistentes sociais do QFO foram inseridas em diversos espaços ocupacionais, como nos Comandos Aéreos e os Parques de Material Aeronáutico, onde os processos de trabalho exigiam conhecimentos relacionados à gestão de recursos humanos, Serviço Social de empresa e Assistência Social. Algumas foram designadas para as escolas de formação, no intuito de atuarem como instrutoras e, outras, para organizações de saúde.

Em 1985 foi criado o Sistema de Assistência Social da Aeronáutica (SAS), com a finalidade de sistematizar e regulamentar as atividades assistenciais ao efetivo; e o Fundo de Assistência Social (FAS), determinando as fontes de financiamento para as ações sociais. Em 1987, as assistentes sociais com formação militar foram incorporadas ao efetivo do órgão central do Sistema, a então Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), da Diretoria de Intendência (DIRINT), onde, com oficiais intendentess e com as assistentes sociais servidoras civis já existentes, “dariam, à época, continuidade à busca de alternativas técnicas para melhorar a qualidade do atendimento social ao efetivo” (CASQUEIRO, 2001, p. 4).

Na década de 1990, as ações em Serviço Social na Aeronáutica estiveram bastante alinhadas às políticas sociais públicas. O Sistema foi reformulado em 1992, 2001 e em 2006, e, após estudos internos, considerando as requisições e as especificidades do trabalho na instituição, foi reformulado e renomeado para Sistema de Serviço Social do Comando da Aeronáutica (SISESO), por meio da Portaria nº 1.849/GC4, de 8 de novembro de 2018.

Em 2004, foi criada uma Divisão de Serviço Social na estrutura da SDEE, culminando na ampliação das ações e para a afirmação dos processos técnicos específicos dos(das) assistentes sociais. Atualmente, temos 137 assistentes sociais na Aeronáutica, sendo sete do sexo masculino, entre militares e servidores civis, distribuídos por todas as regiões do país. Desde a implementação do Sistema, assistentes sociais atuam também na gestão, elaborando normas, criando e/ou aperfeiçoando programas e projetos, assessorando comandantes em matéria de Serviço Social. Hoje, o órgão central do Sistema é a Diretora de Administração do Pessoal (DIRAP), por meio da Assessoria de Serviço Social (ASESO), chefiada por uma Tenente-coronel assistente social da reserva da Aeronáutica, formada na Turma Demoiselle, em 1982.

Objetivando registrar as memórias e percepções das assistentes sociais que ingressaram como militares no primeiro concurso para mulheres da Aeronáutica, assim como desvelar o contexto desse momento histórico brasileiro, realizamos uma pesquisa pautada em registros bibliográficos e no relato pessoal dessas profissionais. Consideramos que apresentar essa narrativa compõe parte fundamental da sistematização da prática profissional, que pode auxiliar a revelar os caminhos da profissão nessa instituição, a partir da forma de inserção profissional. Ainda é importante destacar que, narrar essa trajetória é, na visão das autoras, uma estratégia de valorização e resgate histórico-cultural, contado pelas partícipes da história do Serviço Social da Aeronáutica.

3 HISTÓRIA ORAL DAS MULHERES DE AZUL

Para Alberti (2005), história oral pode ser definida como:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunham acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimento de pessoas que deles participam ou os testemunharam (p. 18).

Já a noção de trajetória de Dubar (1998) refere-se ao percurso institucional e/ou intelectual trilhado por indivíduos, visando sua afirmação em determinado campo. A análise de trajetórias de vida pode ser entendida como um constructo histórico e social, que utiliza a técnica de entrevista para dar voz ao sujeito. Trata-se de uma proposta que implica um processo de compreender e investigar os universos sociais contextualizados e interconectados à luz da realidade do percurso de vida dos indivíduos pesquisados.

Por esta razão, a técnica de história oral, baseada em sua vertente trajetórias de vida, foi adotada nesta pesquisa, pois nos permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc. Informações inéditas podem ser resgatadas durante uma entrevista e somadas com as de outros documentos escritos e/ou orais. Assim, compreendemos que teremos acesso a histórias que se decifrarão através de um método que presta serviço à memória social porque desvela a dimensão social dos eventos, da vida e do desempenho dos seus protagonistas em cada tempo histórico vivido.

2.1 AS DEPOENTES

A primeira turma de mulheres do QFO contou com a participação de 12 assistentes sociais, entre outras especialidades. Destas 12, a primeira colocada entre as profissionais de Serviço Social no curso de formação militar é, hoje, chefe da ASESOC, da DIRAP. Essa assistente social teve o papel de comunicante da pesquisa, realizando contato com as demais colegas que integraram a sua turma. Assim, buscando abarcar a multiplicidade de situações vividas por estas mulheres no curso de ingresso na carreira militar, e com base no roteiro de entrevistas elaborado para esse fim, foram realizadas o total de seis entrevistas. Padronizou-se por enviar o roteiro digitalmente, uma vez que as entrevistadas residem em estados diferentes da federação. As depoentes foram orientadas a relatar sua história, de forma escrita ou verbal, conforme se sentissem mais seguras. Ao final, os relatos gravados e escritos foram transcritos e todos os depoimentos analisados e sistematizados.

Cumprе ressaltar que esta pesquisa foi submetida à DIRAP em fevereiro de 2020, onde foi apreciada e recebeu aprovação para prosseguimento e posterior publicação. Assim, o estudo é resultado de pesquisa de campo que obedece a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes. As entrevistas foram asseguradas de seu sigilo, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelas entrevistadas, preservando a identificação destas. Abaixo o perfil das depoentes que cooperaram para a pesquisa:

- Juliet, 65 anos, natural do Rio de Janeiro - RJ, posto: Major, 24 anos de tempo de serviço;
- Alfa, 62 anos, natural do Rio de Janeiro - RJ, posto: Tenente Coronel, 32 anos de serviço;
- Delta, 62 anos, natural do Rio de Janeiro - RJ, posto: Tenente Coronel, 37 anos de serviço;
- Sierra, 61 anos, natural do Rio de Janeiro - RJ, posto: Major, 25 anos de tempo de serviço;
- India, 65 anos, natural de Porto Alegre - RS, posto: Capitão, 32 anos de tempo de serviço; e
- Charlie, 64 anos, natural de João Pessoa - PB, posto: Major, 25 anos de tempo de serviço.

Desse modo, longe de realizar uma análise cronológica, haja vista que a história não é linear, elencamos alguns eixos que servirão de base para nossa reflexão, visando compreender trajetórias, por meio da análise das relações objetivas entre o agente pesquisado e o conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo.

2.2 SOBRE A MOTIVAÇÃO PARA O INGRESSO NA AERONÁUTICA

Sabemos que o(a) assistente social é legalmente reconhecido(a) como profissional liberal. Todavia, inserido na divisão social e técnica do trabalho, não se pode deixar de reconhecer também sua condição de trabalhador assalariado, submetido aos dilemas comuns aos demais trabalhadores. O que não pode ocorrer, como lembra Raichelis (2011), é o profissional se indignar frente às questões que afetam a vida dos trabalhadores, mas estabelecer uma relação de exterioridade com tais questões, como se elas não o afetassem.

Por isso, vimos como relevante o conhecimento a respeito não apenas dos espaços ocupacionais, dos processos e relações de trabalho, mas também das trajetórias profissionais dos(as) assistentes sociais. Neste sentido, as falas a seguir revelam os elementos justificados pelas depoentes ao serem perguntadas sobre a motivação para o ingresso na Aeronáutica. Dentre elas, tem-se a estabilidade profissional, como relata Juliet, Major, 65 anos: “Estabilidade profissional e retorno para a minha cidade natal”; o salário e a novidade da Aeronáutica como espaço sócio-ocupacional, como se observa: “Simplesmente eu queria um emprego, surgiu o concurso, eu me inscrevi. Era um ótimo salário, além de dar certo status. Era algo novo, diferente e eu achei interessante” (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos), “O novo, o desconhecido, o desbravamento” (INDIA, Capitão, 65 anos).

Ao serem indagadas sobre possíveis dificuldades encontradas pela escolha de ingressar na carreira militar, elas relataram:

Conseguir passar num concurso público, ter um bom salário, ser uma militar era algo que os familiares respeitavam e até incentivavam. Era motivo de orgulho passar num concurso público. As colegas todas da faculdade também fizeram o mesmo concurso, logo, ansiavam ter o mesmo emprego (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos).

Não enfrentei dificuldades nenhuma com amigos, família, colaterais. Foi até uma situação de apoio de todos à minha volta nesse sentido. [...] Passamos por períodos complicados de a gente não poder, às vezes, em determinadas situações, nem portar, sair de casa, portando a nossa identidade. Mas foi um período [...]. A figura do militar como um todo foi muito perseguida, denegrada. É um processo de evolução cultural, talvez, de um país que vê só um lado de uma história, uma versão, e desconsidera o outro lado (SIERRA, Major, 61 anos).

Portanto, a novidade do ingresso de mulheres e, sobretudo, de assistentes sociais como oficiais de carreira da Aeronáutica também pode ter sido motivo de incentivo e apoio dado pelos pares das depoentes quando da candidatura ao concurso público, em detrimento de dificuldades, haja vista a valorização, à época, do serviço público e da carreira militar, embora em contextos adversos. E como foi a experiência destas mulheres durante o curso? Vejamos.

2.3 SOBRE A EXPERIÊNCIA NO CURSO DE FORMAÇÃO MILITAR

“Existia aquela questão, aquela interrogação: será que as mulheres realmente vão responder bem à formação militar?” (SIERRA, Major, 61 anos).

Para Castro (2004), a construção da identidade social do militar é resultante de um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Tal processo não é facilmente incorporado, sendo necessário um trabalho complexo para a formação do *habitus* militar. Atassio (2010) afirma que os agentes sofrem um choque cultural ao ingressarem nas fileiras das Forças Armadas com a finalidade de absorverem valores morais que regulem naturalmente sua vida cotidiana, como hierarquia, disciplina, responsabilidade, ética, compromisso.

Juliet, Major, 65 anos, que esteve na ativa durante 24 anos na Aeronáutica, descreve sua experiência no curso de formação militar com um “choque de realidade, novidade, rotinas rígidas a seguir, uniformização de procedimentos e condutas, horários para tudo, lidar com o desconhecido, usar uniformes.” Sierra reforça a novidade e o desafio nesse processo, enquanto Charlie narra outro tipo de vivência nesse período:

[...] quando envolve um pioneirismo, não é um processo fácil, não é um processo simples. Na época, existia a primeira turma já da Marinha e logo em seguida entrou essa primeira turma da FAB. Foi um período difícil, foram quatro meses de formação militar, na medida em que a gente trazia formação da especialidade de fora. [...] tudo era novidade, inclusive para os próprios comandantes, instrutores. Foi um processo de adaptações, de vivências difíceis (SIERRA, Major, 61 anos).

O curso de formação foi um tempo maravilhoso, inesquecível para mim. [...] me encontrei no Rio de Janeiro com meninas do Brasil inteiro, vários 'Brasis' dentro do mesmo Brasil: vários sotaques, formas de expressão, estilos, peles, cabelos, níveis de comunicação, regionalismos [...] Éramos 150 meninas convivendo intimamente, comendo, dormindo e estudando juntas. Não lembro de ter tido nenhum problema [...], nem com instrutor (CHARLIE, Major, 64 anos).

A formação do *habitus* militar, durante o estágio de adaptação das depoentes, contou com a participação de quatro mulheres da primeira turma do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, que, além de instrutoras, serviram como exemplo do comportamento que era esperado das futuras oficiais da Aeronáutica. Alfa fala sobre elas e sobre sua experiência:

Emocionalmente, houve um impacto forte. Nos foi informado que ficaríamos um tempo 'aquarteladas', sem poder ir pra casa. Para mim, e algumas outras, era o primeiro afastamento da família. Isso teve um peso no nosso emocional. [...] muitas choravam escondido, mas nada tão insuportável que nos impedisse de cumprir com nossas tarefas, fossem no estudo da legislação e regulamentos militares, fosse na ordem unida ou na educação física. Tivemos quatro tenentes da Marinha como nossas Comandantes de Esquadrilha e elas eram bastante exigentes. Mas, no final, já havia uma certa camaradagem delas com suas comandadas. Tão forte quanto a tristeza do afastamento da família era o nosso entusiasmo por algo tão novo e diferente (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos).

2.4 SOBRE A CHEGADA NA ORGANIZAÇÃO MILITAR (OM)

“A Organização, por formar sargentos do QFG, não nos recebeu muito bem, pois éramos oficiais e comandaríamos a maior parte do efetivo masculino” (JULIET, Major, 65 anos).

Construções sociais baseadas em estereótipos de gênero estão presentes na sociedade e interferem na forma como mulheres e homens ocupam seus espaços e desempenham seus papéis e funções. Segundo Resende (2017), dentro da divisão sexual do trabalho, há a associação da masculinidade à ideia de força, virilidade e ao dever de proteger, e, por outro lado, a feminilidade é geralmente relacionada à fragilidade e à necessidade de proteção.

Em consequência, afirma Carreiras (2013), essa visão estereotipada das mulheres, baseada em aspectos físicos e psicológicos, é reproduzida dentro do

ambiente militar. Fatores como força física, gravidez, e emotividade são considerados limitantes para o desempenho de tarefas militares. Dessa forma, a chegada de mulheres com formação militar nas OM, causou certa estranheza e desconfiança, inclusive, por parte de outras mulheres. “Era uma coisa assim, que a mulher era extremamente discriminada. Mulher nas Forças Armadas. Nós éramos assim. Eles não sabiam muito o que fazer com a gente. Então eu fiquei. Fui escolhida entre as 156, umas das instrutoras” (DELTA, Tenente Coronel, 62 anos).

Nos receberam de forma respeitosa, mas com uma certa desconfiança, principalmente, por parte das esposas dos militares, que nos viram como mulheres que iriam seduzir seus maridos. Eu diria que, embora num ambiente marcadamente masculino, quem mais nos hostilizou foram as mulheres, esposas dos militares. Nunca experimentei nenhum tipo de preconceito direto, pelo fato de ser mulher. Na caserna, éramos tratadas como novidade, mas com camaradagem. Não sei se isso teve a ver com meu temperamento. Sempre fui muito profissional, muito reservada e não dava margem a comentários e brincadeiras (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos).

Existia uma expectativa muito grande do efetivo: como elas são? O que elas vão fazer? [...] No início a gente teve dificuldade com alguns graduados mais antigos que resistiam [...] até perceberem que a nossa chegada era para somar e não para diminuir nada. Foi um processo de conquista, passo a passo [...] Me lembro que a primeira vez como Oficial de Dia, eu tive que comandar uma tropa por 24 horas com porte de 150 homens. Foi um processo de crescimento muito grande. Foi interessante esse processo porque eles perceberam que nós não estávamos ali como comandante de uma tropa para prejudicá-los (SIERRA, Major, 61 anos).

Associado a isso, o desconhecimento acerca do trabalho do Serviço Social também produziu equívocos, como sugere: “Apresentei o que o Serviço Social faria. Escutei do Comando que eu desempenharia as funções de Relações Públicas, por ser desembaraçada e oficial instrutora, e por se tratar de uma OM de ensino, e que antes de eu ser assistente social, eu era militar” (JULIET, Major, 65 anos). “Só que eles não sabiam o que era uma assistente social. Entendiam que era uma comunicadora social” (DELTA, Tenente Coronel, 62 anos).

Já em uma situação de apoio e reconhecimento, torna-se nítido a contribuição para a apropriação profissional daquele espaço ocupacional:

O Brigadeiro falou sobre o que era o COMAR e me disse o seguinte: “*Tu estás aqui para trabalhar no Serviço Social. Tu és a profissional, portanto ninguém discutirá contigo sobre a tua atuação assim como ninguém discute comigo sobre o comando, somos profissionais*”. Desde então, me apropriei

daquele espaço e me senti completamente integrada (INDIA, Capitão, 65 anos).

Neste sentido, importa, ainda, identificar como estava estruturado o Serviço Social na ocasião em que elas chegaram na OM. A maior parte das entrevistadas, relata ter encontrado uma Seção de Serviço Social ainda incipiente ou com práticas tradicionais e assistencialistas. “Embora a Seção existisse, funcionasse na época com duas servidoras civis, não tinha uma funcionalidade objetiva em razão das próprias dificuldades de reconhecimento do nosso trabalho. Junto com elas, eu reimplantei o Serviço Social do HCA” (SIERRA, Major, 61 anos).

A visão que tinham do Serviço Social era totalmente assistencialista. Havia uma Seção de Assistência Social chefiada por um Tenente Intendente e, quando cheguei, ele me passou a chefia. [...] Confesso que, de início, me acomodei a esse trabalho de cunho meramente assistencialista, pois o volume de atendimento e os desdobramentos administrativos tomavam todo o tempo. [...] Nos anos 2000, quando passei a chefiar a Seção de Assistência Social, da Divisão de Encargos Assistenciais, da SDEE, houve, tanto da minha parte, como da parte de outras assistentes sociais, um trabalho de "formiguinha", tentando romper com a visão assistencialista que atribuíram à profissão, mas, quando passei para a Reserva, em 2009, essa visão ainda era muito forte dentro da Força (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos).

Recobramos que a década de 1980 simboliza o período de abertura política no Brasil e em outros países da América Latina, e um dos mais importantes marcos para a profissão, com a intenção de ruptura de bases conservadoras. O Movimento de Reconceituação - sobretudo em sua vertente crítica, simbolizada pelo Seminário de Belo Horizonte e inaugurada com as contribuições de Yamamoto e Carvalho (2007), arregimentou o solo para uma concepção mais progressista do Serviço Social. Destarte, algumas profissionais recorreram à assessoria e à consultoria de docentes assistentes sociais inseridos nas Universidades, além de atualizarem seus estudos, visando uma leitura ampliada e compreensão da realidade social.

A minha atuação só começou na FAB em 1987, no auge das 'Diretas Já' e da promulgação da Constituição Federal. Tudo era volátil e o próprio Serviço Social estava se estruturando nesse contexto político. Foi um período de muito aprendizado. Eu precisei voltar para a Academia e apreender a nova realidade da profissão (JULIET, Major, 65 anos).

Foi quando optei por contratar a assessoria de uma professora da UFRJ, que já havia me assessorado antes [...]. Coloquei pra ela nossas dúvidas a respeito do nosso Sistema não ser de Assistência Social e como poderíamos estruturá-lo de outra forma. [...] E chegamos à ICA 163-1 [...] pela primeira vez era utilizado um título de Serviço Social (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos).

Paguei assessoria para uma professora da UNISUAM [...]. Ela era uma mulher atualizada, bastante competente, me ajudou a fazer um projeto e eu acho que foi o primeiro de Serviço Social da Força Aérea. Comecei o trabalho de Serviço Social todo dentro do que era previsto no Conselho Regional, tudo direitinho, uma equipe padrão. Chegou a ser um trabalho de referência (DELTA, Tenente Coronel, 62 anos).

Além das contribuições já citadas pelas depoentes, que inauguraram as ações inerentes ao Serviço Social nas OM, outros importantes aportes foram oferecidos por estas mulheres, favorecendo o reconhecimento profissional na instituição militar. Há narrativas que revelam que o trabalho no órgão central do Sistema, voltado para a assessoria aos comandantes acerca da necessidade de assistentes sociais, elaborando normas, programas e projetos na área social e, principalmente, gerindo os recursos destinados à assistência social, teve papel fundamental para a legitimação do Serviço Social na Aeronáutica, rebatendo diretamente no cotidiano de trabalho de todos(as) os(as) assistentes sociais que incorporaram à Força posteriormente.

2.5 SOBRE O QUE É SER ASSISTENTE SOCIAL NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Ao discorrer sobre os desafios na carreira, as assistentes sociais entrevistadas acenam para aspectos que incidem sobre a sua relativa autonomia, que tem como determinantes as condições e relações de trabalho, os meios em que ele se realiza, os recursos disponíveis, a cultura e outras especificidades organizacionais. Nesta perspectiva, relata Juliet (Major, 65 anos), como o seu maior desafio: “ter continuado lúcida e ética nas minhas condutas pessoais e profissionais, ao longo da carreira militar.”

Nós assistentes sociais estamos sempre no limite entre a necessidade do cliente e as limitações, muitas vezes representada pela negativa da autoridade competente. A experiência nos ensina a ter a legislação sob os olhos. Isso nos garante legitimidade, coerência e respeito enquanto profissional (CHARLIE, Major, 64 anos).

Não limitado à mediação entre instituições e sujeitos, sabemos que o significado social da profissão de Serviço Social é que ela se reveste da defesa intransigente da emancipação humana. Ao adotar os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (BRASIL, 1993), e subsidiar sua atuação por meio do projeto ético-político, cujo horizonte é a construção de outra sociabilidade, o(a) assistente social imprime uma direção social ao seu trabalho.

Dessa forma, nas palavras de uma das depoentes, ser assistente social na FAB “é um exercício de aprendizagem e busca de novos espaços, encontrando nas ‘pequenas brechas’, lugar para uma atuação profissional efetiva” (JULIET, Major, 65 anos). Por outro lado, podemos observar no depoimento a seguir que persiste a falta de clareza acerca da natureza do trabalho do assistente social na instituição militar: “Acho que até hoje, depois de mais de 30 anos na Força, ainda estou tentando achar a resposta pra essa pergunta. Ser assistente social na FAB é algo ainda em construção” (ALFA, Tenente Coronel, 62 anos). Para Sierra, Major, 61 anos:

Na tropa que eu pude ser de fato assistente social. Foi ali na tropa que eu cresci não só como pessoa humana, mas como assistente social. Ali eu tive diversos projetos. Foi a minha melhor experiência, tanto humana quanto profissional. O meu maior aliado, minha maior conquista, era exatamente a tropa. Meu trabalho era para a tropa e esse trabalho me deu todo o reconhecimento e suporte (SIERRA, Major, 61 anos).

É interessante como aquele que narra se entrega em uma experiência profunda e penetra na natureza das coisas. “Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo” (BOSI, 1994, p. 91). Mas é instigante perceber a clara distinção entre o ser profissional e o papel institucional, revelando que cada face possui particularidades que não podem ser subsumidas pelas outras, pois possuem diretrizes e valores próprios. “Ser assistente social na FAB é um privilégio [...] Nas Forças Armadas, somos comandados e somos comandantes” (INDIA, Capitão, 65 anos). “[...] ter a consciência que você tem compromissos militares e compromissos com a sua carreira profissional, com a sua especialização” (SIERRA, Major, 61 anos).

Assim, buscamos apontar neste artigo a memória que tem como função conhecer o passado que se organiza, ordena o tempo e o localiza. O passado, revelado desse modo, não é o antecedente do presente, é a sua fonte (BOSI, 1994). A intenção foi poder trabalhar a matéria-prima das experiências das entrevistadas e estabelecer com elas uma relação baseada no interesse comum em conservar aquilo que poderiam reproduzir sobre suas histórias e memórias e de que essa reprodução pudesse contribuir para o entendimento de outras gerações de acadêmicos, profissionais e instituições.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM LEGADO A SER CONHECIDO

“Eu acho que nós pagamos sim uma cota do pioneirismo e que a meu ver, era uma cota necessária. Alguém tinha que dar o passo inicial e fomos nós” (SIERRA, Major, 61 anos).

Concordamos com Pollack (1989, p.5) que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Por isso, utilizamos a história oral para conhecer a memória das depoentes desta pesquisa, compreendendo que, conforme Alberti (2005), a contribuição desta técnica é sempre maior nas áreas pouco investigadas da vida social.

Isto posto, este artigo buscou contribuir para a construção de uma parte da história do Serviço Social no Brasil, que é a história das primeiras assistentes sociais com formação militar na Aeronáutica. Uma história ainda oculta, mesmo em meio às Forças Armadas, e que faz parte da trajetória de conquistas das mulheres na sociedade brasileira ao longo dos anos. O caráter pioneiro de suas ações contribuiu para que, hoje, a Aeronáutica seja a Força Armada com a maior presença feminina em seus quadros, ocupando, inclusive, funções de destaque na carreira militar, como pilotos de caça. Elas desbravaram este espaço sócio-ocupacional, sem perder de vista o reconhecimento dos seus lugares como mulheres, assistentes sociais, militares e o que mais quiserem ser.

Assim, mesmo com todas as forças sociais postas naquela conjuntura, essas assistentes sociais imprimiram rumos teóricos, éticos e operativos ao seu cotidiano. Elas iniciaram o que Yamamoto (2007) definiu como um processo de acumulação de reserva de forças de cultura profissional da categoria na instituição, favorecendo a profissão, dentro e fora da Aeronáutica, na compreensão do *modus operandi*, na busca pelo reconhecimento do papel do(a) assistente social e de estratégias de intervenção que visem a superação da imediatividade, além da legitimação das Forças Armadas enquanto espaço ocupacional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ATASSIO, A. Estilos de Vida: a formação dos militares e a lógica da distinção hierárquica. **34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://www.anpocs.org>>. Acesso em: 03 mar. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941**. Cria o Ministério da Aeronáutica.

_____. **Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.807, de 7 de julho de 1980**. Cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981**. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

_____. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CARREIRAS, H. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, N. 2536, 2013. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/artigo/826>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CASQUEIRO, A. M. S. **Síntese da trajetória histórica da Assistência Social no COMAER**. Apostila. Diretoria de Intendência (DIRINT). Rio de Janeiro, 2001.

CASTRO, C. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004. Disponível em: <<http://www.zahar.com.br>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

CESIT/IE – UNICAMP. Cadernos de Formação Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. **Caderno 3: As mulheres e o mercado de trabalho**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CFESS. **Relatório da Pesquisa Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil**. Maio, 2005.

_____. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes#:~:text=Atualmente%2C%20qual%20%C3%A9%20o%20n%C3%BAmero,%2C%20um%20em%20cada%20estado>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc. [online]**. vol.19, n. 62, 1998, p. 13-30. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FRANÇA, L. S.; PROGIANTI, J. M., BAPTISTA, S. S. A Inserção de Enfermeiras Militares na Força Aérea Brasileira. **Revista Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-19474>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez: CELATS, 2007.

JASPER, F. N. H. Aeronáutica, Força Aérea ou Comando da Aeronáutica? **Revista UNIFA**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 32, 2013. p. 59-67.

JORNAL DO BRASIL. Aeronáutica já inscreve para o Corpo Feminino. **Primeiro Caderno Cidade**, 28 fev. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=Aeron%C3%A1utica%20%20j%C3%A1%20%20inscreve%20%20para%20%20o%20%20Corpo%20Feminino.>> Acesso em: 02 mar. 2020.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. de O. e. (org.). **Serviço social no Brasil [livro eletrônico]**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2017, p. 69-116.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RESENDE, S. Uma Questão de Gênero: mulheres, forças armadas e operações de paz. **Cadernos de Relações Internacionais**, v.11, n.2, 2017.

SOUZA, L. A. S. e SILVA, M. M. Trabalho e Serviço Social: transformações societárias e desafios contemporâneos para o(a) assistente social. In: SOUZA, L. A. S. e CUNHA, L. A. **Caminhos do Serviço Social**: reconhecendo saberes, valorizando práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, p. 9-27.

VERARDI, C. A. **Maria Quitéria**: primeira mulher do Exército Brasileiro e heroína da Independência do Brasil. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2019. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 05 mar. 2020.